



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

INTERCÂMBIO ENTRE ORALIDADE E ESCRITA EM PRÁTICAS DISCURSIVAS ESCOLARES

Ana Maria Pires Novaes

UNISUAM / UNESA

profananovaes@hotmail.com

As diferenças entre oralidade e escrita não podem ser estabelecidas de forma rígida. Ainda que os usos da escrita, quando arraigados na sociedade, adquiram um valor social superior à oralidade, esta não deve ser vista “como uma escrita cheia de erros” (PRETI, 2004:15), mas como uma modalidade da língua que tem seus próprios mecanismos de funcionamento. Ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e a construção de textos coesivos e coerentes, apresentam variações dialetais, sociais e de estilo e são usadas em situações mais ou menos formais.

Por ser o texto – tanto oral quanto escrito – um evento comunicativo, numa dada prática social de uso da língua, é fundamental observá-lo a partir do contexto sociocomunicativo em que foi produzido. Assim, para analisar adequadamente um texto, é preciso definir os participantes da situação interativa, os papéis comunicativos (falante/escritor, ouvinte/leitor) e sociais que desempenham, o tipo de simetria das relações entre eles, a extensão do conhecimento compartilhado e a finalidade do evento.

Há que se considerar, ainda, a relevância, para a atividade interpretativa, do conjunto de conhecimentos sobre o código linguístico e seu uso por determinada cultura, do envolvimento dos interlocutores com o tema do texto, dos aspectos linguísticos (léxico-sintáticos), prosódicos e paralinguísticos.

Barros (2000:71), ao considerar a dicotomia descontração X formalidade, comumente apontada entre fala e escrita, argumenta:

[...] há uma gradação, tanto na fala como na escrita, em relação à aceitação ou não de certos usos, resultando daí falas e escritas mais ou menos formais. A justa medida da norma aplica-se aos usos da escrita em geral e aos empregos mais formais da fala (uma conferência, um discurso na Assembléia ou no Fórum, uma conversa com o presidente, uma aula, entre outros). Por sua vez, os usos aceitos na *fala informal* e que começam a ser incorporados na escrita, definem uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

escrita mais coloquial (cartas, bilhetes, etc.). Já os empregos aceitos na fala e recusados na escrita caracterizam um grau maior de informalidade da fala (conversa entre amigos, por exemplo). (grifos da autora)

Pode-se, portanto, afirmar que tanto os textos orais quanto os textos escritos abarcam um *continuum* que vai do nível mais informal ao mais formal, e a informalidade consiste em apenas uma das possibilidades de realização não só da fala, como também da escrita. É preciso, para que as relações entre elas não se estabeleçam de forma preconceituosa, que se considerem as condições de produção textual.

São as condições de produção que irão determinar as estratégias de construção do texto a serem adotadas – complexidade léxico-sintática, grau de profundidade das informações, natureza da negociação com o interlocutor – o que configurará formulações linguísticas específicas, conforme o tipo de texto produzido. Por isso, não se pode afirmar que uma seja mais complexa, mais bem elaborada, mais explícita ou mais autônoma que a outra. Em outras palavras, muitas das características atribuídas a uma das modalidades, são, na verdade, propriedades da língua.

Oralidade e escrita devem, portanto, ser examinadas na perspectiva de sua organização discursiva para que possam ser detectadas não só as especificidades de cada uma delas, mas também a presença de posições intermediárias.

Este estudo, ao adotar uma perspectiva sociointeracionista, aproxima-se daqueles que analisam o texto a partir de sua própria construção e o concebem como resultado de uma atividade que se realiza numa prática social. Os trabalhos realizados nessa linha não consideram as características linguísticas como dadas *a priori*, mas como construídas interativamente em contextos socioculturais. Valorizam a análise dos gêneros do discurso e seus usos na sociedade e vêem o fenômeno da fala e da escrita como modos de representação cognitiva e social que se revelam em práticas específicas.

1. Variedades, usos e normas

Conceber a língua como fato cultural, atividade criativa que se produz na interlocução, é percebê-la na sua heterogeneidade e considerar a diversidade lingüística inerente à sua própria natureza. Assim, quer na modalidade escrita quer na falada, a língua



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

deve ser pensada em contextos de uso, visto que um complexo conjunto de fatores sócio-interacionais, cognitivos, pragmáticos e linguísticos constituirão o enunciado.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Se o uso da língua se dá na produção de textos, em contextos específicos, o seu ensino deveria seguir essa mesma direção. O que se observa, entretanto, é que a escola não incentiva as práticas discursivas na sala de aula, não oportuniza aos alunos verbalizar sua experiência de vida e exercer, conseqüentemente, seu direito à palavra. O problema se verifica não só em relação à produção de textos, mas também nas atividades de compreensão, que restritas, muitas vezes, à simples decodificação do conteúdo, não objetiva a reflexão crítica do texto e de outros aspectos relevantes nos processos de compreensão.

Uchôa (2000:61), ao reconhecer o descompasso entre os avanços da Lingüística e o ensino de Português que se realiza na escola, afirma que este não vem alcançando, ao longo dos níveis fundamental e médio, a “sua finalidade básica de habilitar os educandos à condição de leitores e produtores textuais proficientes”. Ao avaliar as atividades de leitura e de produção textual que se realizam na sala de aula, esse autor (2000:64) considera que o ensino reduz esta “à estratégia de preenchimento de um espaço em branco, com a escola fornecendo truques formais para se alcançar tal intento”, e aquela, inteiramente acrítica, a “uma reprodução quase mecânica de idéias captadas nos textos”.

Uma base teórica consistente e atualizada permitirá ao professor reorientar sua prática pedagógica e redefinir a metodologia de trabalho em sala de aula no sentido de promover, nas atividades de leitura e de produção textual principalmente, situações autênticas de uso da linguagem.

A fraca presença de atividades que estimulem o aluno a expressar-se oralmente, aliada aos frequentes exercícios classificatórios ou de caráter normativo, favorece à passividade cognitiva e acaba por impedir, quase sempre, o desenvolvimento harmônico da linguagem escrita.

Pereira (2002:258-259), ao defender a necessidade de sintonia entre a sala de aula e a prática efetiva da língua, comenta:

Dar um conteúdo, sem a preocupação de transferi-lo para a prática é neutralizá-lo, despossuindo-o de legitimidade. Particulares condições sociais da contemporaneidade – principalmente a tomada da palavra por setores das classes populares – extremizam este tensionamento (língua escrita e língua falada) e, na



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

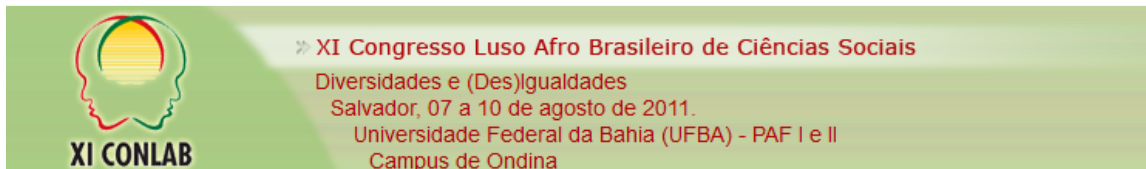
medida em que tais grupos, excluídos em detrimento dos detentores da língua culta, passam a ter voz, há a descoberta dos meios historicamente expressivos na língua portuguesa. E reconhecem a necessidade de se apropriarem de tais meios para qualificarem seu discurso e sua capacidade de análise de uma sociedade complexa, orientada pelos modelos da língua culta. Essa língua portuguesa plena por meio da qual nos fazemos entender, democraticamente considerada, tem de servir também para nivelar todos os seus usuários. [...]

Uma atitude fundamental para contextualizar a língua portuguesa é dar espaços em nossas salas de aula ao diálogo entre o que se aprende e o que se usa, suas motivações e necessidades.

A escola parece ignorar que há uma estreita relação entre o desenvolvimento da oralidade e a aquisição da escrita. Em sociedades letradas, não só a fala, mas também a escrita vai sendo adquirida no próprio processo de socialização em situações de letramento da vida cotidiana. Não se pode esquecer, ainda, que, ao entrar na escola, a criança já domina, com proficiência, a língua falada e a toma como referencial no processo de aquisição da escrita. Assim, como nos alerta Marcuschi (1998:143-144), entre outros estudiosos, seria um excelente início se a escola, no tratamento da língua em sala de aula, “desse mais atenção para a língua falada como ponto de partida e tomasse a escrita como o ponto de chegada”. Esse mesmo autor (2004b) salienta a necessidade de se saber quais as formas preferenciais da modalidade oral para se enfrentar as questões que aparecem na produção escrita, discutir e analisar o que é específico da oralidade e o que deve receber uma realização diferente na escrita.

Levar o aluno à aquisição da escrita é, sem dúvida, tarefa primordial da escola. Esta, porém, ao valorizar demasiadamente essa modalidade da língua – mormente na variedade culta – e ignorar, muitas vezes, as demais variedades, exigindo, quase sempre, registros mais formais, perpetua desigualdades e preconceitos sociais.

Não quero com isso dizer que a variedade padrão não deva ser ensinada na sala de aula; afinal, o aluno vai à escola para ampliar seus conhecimentos, inclusive o conhecimento linguístico. Como Soares (1987:78), defendo que é função da escola incentivar o domínio do dialeto padrão como um instrumento necessário para a participação política e luta contra as desigualdades sociais, mas sem desrespeitar a variedade linguística que o aluno domina e utiliza em família e na comunidade de que faz parte. O que precisa



ser discutido é que variedade padrão deve ser ensinada. Um padrão anacrônico, rígido, descontextualizado? Tenho certeza de que não é esse o caminho.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Na sociedade contemporânea urbana como a nossa, um mesmo falante representa vários papéis sociais, ao se comunicar com os mais diferentes interlocutores, e sua linguagem varia de um registro para outro, dentro das necessidades comunicativas da situação oral ou do contexto escrito. Assim, um falante culto é aquele que pode utilizar uma variedade de registros que vai do formal ao coloquial, em função de suas necessidades de comunicação. “É a possibilidade dessa variação de registros que nos permite identificar o falante culto real e não o seu conhecimento maior ou menor das regras da gramática tradicional” (Preti, 1999a:22). Para esse autor (2004:14-15), são os falantes cultos que, em razão de sua cultura linguística, estão aptos a empregar a linguagem, segundo os seus vários usos, adequando suas formas ao grau de cultura dos interlocutores, ao *status*, à idade, à escolaridade destes e ao próprio tema da conversação. “Falar fora dos hábitos linguísticos de um grupo significa marginalizar-se. E essa marginalização, tanto se pode dar por uma linguagem incorreta gramaticalmente, quanto por uma linguagem excessivamente presa aos cânones gramaticais”.

Também Barros (1999:39), ao caracterizar o falante culto, afirma ser “a capacidade de variação e não o “purismo” de um único uso que separa de um lado os falantes cultos, de outro os que “não sabem falar”, não são maleáveis, não se adaptam às necessidades dos diferentes momentos e situações”.

Quando se discute a produção de textos, tanto falados quanto escritos, não se pode desconsiderar que o usuário tem sempre a preocupação de “falar bem” a sua língua, o que significa estar alinhado com a prática linguística dos grupos a que pertence. Em outras palavras, tem ele, sempre, uma preocupação com a norma social, com “os fatos linguísticos efetivamente realizados e existentes na tradição” (COSERIU, 1980:123), à qual todos estão submetidos e obedecem sem sentir. Essa norma, conforme a define Coseriu (1987:74) é “um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade”.

Convém esclarecer que, neste sentido, norma não se confunde com o correto, com norma prescritiva, mas é o normal, o comum, a realização linguística que a comunidade espera de seus falantes.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Ao explicitar o conceito de norma, Coseriu (1987:69) enfatiza:

[...] não se trata da *norma* no sentido corrente, estabelecida ou imposta segundo critérios de correção e de valoração subjetiva do expressado, mas sim da norma objetivamente comprovável numa língua, a norma que seguimos necessariamente por sermos membros duma comunidade linguística, e não daquela segundo a qual se reconhece que “falamos bem” ou de maneira exemplar, na mesma comunidade. Ao comprovar a norma a que nos referimos, comprova-se *como se diz* e não se indica *como se deve dizer*: os conceitos que, com respeito a ela se opõem são *normal* e *anormal*, e não *correto* e *incorreto*. (grifos do autor)

Ela é resultado do uso linguístico de um dado segmento social e esse uso, por tradicional, é preservado e varia de acordo com as possibilidades de realização que o usuário faz da língua.

A esse respeito, cumpre assinalar, como Mattos e Silva (2000:18-23), que o conceito coseriano de norma representa não só a primeira ruptura em relação à postura prescritiva dos estudos gramaticais, fundada no “dever ser da língua”, mas também a “primeira proposta teórica desenvolvida para introduzir a *norma* nas preocupações da Linguística descritiva da época. Referindo-se a estudo fundamental de Coseriu sobre *sistema, norma e fala*, afirma a autora (2000:23): “Esse estudo clássico de Eugenio Coseriu abriu caminho, um dos caminhos no estruturalismo, para a compreensão da língua enquanto fenômeno histórico, o que estava excluído da proposta abstrata da dicotomia saussuriana”.

Embora exista uma variedade de normas que correspondem à variedade de dialetos, a “norma”, na verdade, sempre foi confundida com correção linguística, com “bons” e “belos” usos da língua – *le bon usage* –, com critérios estéticos e sócio-históricos, com norma prescritiva. Conforme pondera Preti (2004:13), os reflexos da noção da existência de um padrão teórico ideal, de uma *norma subjetiva* de bem expressar-se, se fazem sentir quando o falante afirma que “não sabe falar bem ou “não sabe escrever como gostaria”. Ao lado dela, há uma *norma objetiva*, conhecida, que resulta do comportamento real dos falantes nas várias situações de interação em que se envolvem.

Também Leite (1999:181), ao discutir o fenômeno linguístico da norma, assevera:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

[...] um falante que tem conhecimento da prescrição linguística, naturalmente alinhará sua linguagem, o quanto possível a ela, a depender da situação de comunicação. Em tese, portanto, um falante culto, em situação de formalidade, tentará, de um lado, seguir as regras da norma explícita de sua língua; de outro, atualizar em termos de léxico, um repertório que, se não for erudito, também não será vulgar.

Analisando a questão da norma na relação fala/escrita, Barros (1999:41) comenta que, a língua falada permite um leque maior de variações, uma vez que certos usos são possíveis, aceitáveis ou mais frequentes; já a língua escrita, tem prescrições mais rígidas, devido ao aparato institucionalizado de referência e de difusão, sobretudo das gramáticas. Segundo essa autora, há uma única norma explícita para a escrita e para a fala, mas essa norma se aplica mais rigidamente à escrita, uma vez que a fala tem maiores possibilidades ou aceitabilidade de variação.

O que existe, na verdade, tanto na língua oral quanto na escrita, é sempre a diversidade e a variação; um conjunto de dialetos e de normas ao mesmo tempo.

Importa considerar que as pesquisas mais recentes, principalmente da língua oral – e são muitas – transformaram os estudos linguísticos, mas não alteraram substancialmente a postura, ainda conservadora, de ensino de Língua Portuguesa. Embora os resultados dessas pesquisas tenham ensejado a produção de um bom número de obras de orientação pedagógica, seus reflexos são, ainda, pouco sentidos na sala de aula porque tais obras não chegam a maior parte do professorado. Além disso, é preciso que se ampliem as pesquisas da língua escrita atual e “se faça uma reavaliação da norma padrão com o objetivo de atualizá-la, levando-se em conta usos mais recentes, a fim de possibilitar uma articulação entre o conhecimento que se tem da língua e o seu ensino” (NOVAES, 2000:74).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Ao refletir sobre essa questão, Uchôa (2000:64-65) adverte:

Inúmeros estudiosos, ao reconhecerem que a contribuição da Linguística ao ensino de Português não tem tido até hoje um alcance maior, sinalizam [...] para uma causa pedagógica central: a falta justamente de uma fundamentação lingüística sedimentada e pertinente que possibilite ao professor (e aos autores dos livros didáticos em geral) posicionar-se consistentemente ante o objeto do seu ensino e o ensino deste objeto [...]

Julgo muito restrito o espaço destinado, nos Cursos de Letras, a reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem de língua materna, que longe está de propiciar a desejada interação da pesquisa linguística com práticas a serem desenvolvidas na sala de aula.

É, portanto, urgente, como nos alerta Preti (1998:86-88), que se estabeleça a “imprescindível relação teoria-prática”, sem a qual a escola continuará preservando o mito da boa linguagem, não respeitando a diversidade linguística e investindo pouco no contraste e aproximação entre a língua escrita e a língua oral.

É preciso respeitar a variedade linguística que o aluno domina e, ao mesmo tempo, mostrar-lhe que há uma outra diferente da sua, a variedade padrão que ele precisa conhecer e dominar para participar, de forma mais abrangente, da vida social e cultural da comunidade. Assim, é imprescindível levar o aluno a perceber os diversos fatores que interferem no uso linguístico e a necessidade de adequação da linguagem a diferentes situações sociocomunicativas e a diferentes finalidades.

2. As duas modalidades da língua: uma relação de intercâmbio

Como práticas sociais, fala e escrita refletem um constante dinamismo da linguagem e devem ser analisadas do ponto de vista dos usos. Um discurso acadêmico, por exemplo, embora seja um texto falado do ponto de vista de sua realização fônica, está, na sua concepção, mais próximo de um texto escrito. Embora se apresente oralmente, será sempre um gênero secundário por pertencer a uma esfera complexa de comunicação, que é a científica. Já as cartas íntimas e pessoais, ainda que se realizem por escrito, aproximam-se, conceptualmente, de um texto falado. Desta forma, o que justifica o rótulo primário ou



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

secundário não é a modalidade da língua utilizada, mas a esfera a que se vincula o gênero (ARAÚJO, 2004:93).

Marcuschi (2001:37-38), ao estabelecer as relações entre fala e escrita no contexto efetivo dos usos linguísticos, defende a hipótese de que as diferenças entre as duas modalidades da língua se dão dentro de um *continuum* tipológico das práticas sociais, o que impediria se situar a oralidade e a escrita em pólos opostos ou em sistemas linguísticos diversos. As modalidades são diferentes, mas essas diferenças são graduais e contínuas. Consideradas no interior das práticas sociais, fala e escrita identificam gêneros de textos, concebidos como orais ou escritos em maior ou menor grau.

Também, na interface fala/escrita, as comunicações via Internet, ao se constituírem como textos mistos, tornam possível que uma propriedade, como a simultaneidade temporal, anteriormente, exclusiva da fala, esteja presente na prática da escrita a distância. Escrever pelo computador no contexto da produção discursiva dos bate-papos síncronos (*on-line*) não é uma nova forma de escrita, mas uma nova relação com os processos de escrita, um “novo letramento” (MARCUSCHI, 2004a:64). Esse autor cita Halliday (1996:348) para dizer que “sob o impacto das novas formas de tecnologia”, presencia-se uma nova situação que “está desconstruindo toda a oposição entre fala e escrita” (MARCUSCHI, 2004 a:63).

Se muitos gêneros são produzidos no entrecruzamento fala/escrita, torna-se evidente, em especial nos contextos escolares, a necessidade de se valorizar o desenvolvimento da oralidade para a garantia do amadurecimento na escrita. Como alerta Castilho (1998:13), “os estudos sobre a língua falada podem contribuir para o aparelhamento científico do professor, levando-o a uma revisão das práticas observadas na escola as quais, voltadas quase que exclusivamente para a modalidade escrita mais formal, não valorizam a língua oral”. Se o uso da língua se dá na produção de textos, em contextos socialmente situados, o seu ensino também deveria seguir essa mesma perspectiva.

A pesquisa realizada, a partir da análise de um *corpus* constituído de textos escritos de alunos do Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro (CNS/ISERJ) e de uma amostra complementar com textos orais produzidos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

pelos mesmos alunos, em situações de sala de aula (apresentação de seminários e relatos de experiências vivenciadas nas escolas de estágio), evidencia que há mais semelhanças que diferenças entre a língua falada e a língua escrita.

No que diz respeito às estruturas sintáticas, a análise da amostra complementar demonstra que, nem sempre, as interrupções sintáticas estão associadas à correção ou à dificuldade de processamento. O locutor é, muitas vezes, levado a “sacrificar” a sintaxe em prol das necessidades de interação, fato que se traduz nas inúmeras marcas de formulação e de reformulação. Aos procedimentos próprios da fala, somam-se as pausas, os alongamentos, a repetição dos elementos relacionais, os marcadores conversacionais, entre outros fenômenos característicos da oralidade.

Nos textos escritos que constituem o *corpus*, a estrutura frásica atende aos padrões gramaticais. As frases apresentam-se normalmente completas, com pequena incidência de frases fragmentárias. Quanto à complexidade sintática, ela é variada no *continuum* dos gêneros discursivos. Nas cartas pessoais, por exemplo, pela própria natureza do gênero, mais próximo da conversa espontânea, encontramos períodos de pouca complexidade sintática, a maioria constituído de duas orações. Já, nos textos dissertativo-argumentativos, bem como nos resumos e resenhas, as sequências tendem à maior complexidade, os períodos são mais longos, com diversidade de combinações.

Em relação aos conectores, observa-se tanto no *corpus* quanto na amostra complementar, além de um uso intenso dos mais comuns, o emprego bastante variado dessas unidades. Tal fato vem comprovar que o uso maior ou menor desses elementos não é determinado por uma ou por outra modalidade da língua, mas pelo gênero em que o texto é produzido. No *continuum* tipológico dos gêneros textuais, os textos orais da amostra complementar por serem produzidos no domínio discursivo acadêmico estão mais próximos do protótipo da escrita do que muitos gêneros escritos.

Os itens sintáticos apresentados comprovam que, tanto nos gêneros orais, quanto nos gêneros escritos, os produtores buscam adequar seus textos às diferentes condições de produção, aos diferentes propósitos comunicativos, às relações intersubjetivas de maior ou menor intensidade, variando sua linguagem, do formal ao coloquial, em função das



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

necessidades do contexto oral ou escrito. Nos itens analisados, pôde-se comprovar que, entre as duas modalidades da língua, há uma relação de intercâmbio e as similitudes são maiores do que as diferenças.

Considero, por isso, necessário promover um ensino produtivo de língua portuguesa que, respeitando a diversidade cultural de nosso país, possa contribuir para a inclusão social de grande parte do alunado das escolas brasileiras. Isso só será possível se for incentivada uma prática pedagógica que permita o desenvolvimento do domínio de língua materna, como um *continuum* entre oralidade e escrita, de modo a familiarizar o aluno, gradativamente, em seu processo de escolarização, com estruturas mais complexas de nosso idioma e capacitá-lo para a leitura e a produção de textos mais formais, exigência para o exercício pleno da cidadania nas sociedades letradas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Júlio César Rosa de. A conversa na *web*: o estudo da transmutação em um gênero textual. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. *Hipertexto e gêneros textuais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p.91-109.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: PRETI, Dino (org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. p.57-77. (Projetos Paralelos 4).

_____. A propósito do conceito de discurso oral culto: definições e imagens. In: PRETI, Dino (org.). *O discurso oral culto*. 2.ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. p.35-53. (Projetos Paralelos, 2).

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.

COSERIU, Eugenio. *O homem e sua linguagem: estudos de teoria e metodologia lingüística*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987. (Linguagem, nº16). Tradução de: El hombre y su lenguaje.

_____. *Lições de lingüística geral*. Trad. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro. Ao Livro Técnico, 1980. (Lingüística e Filologia). Tradução de: Lezioni di lingüística generale.

LEITE, Marli Quadros. Língua falada: uso e norma. In: PRETI, Dino (org.). *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. 2.ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. p.179-208. (Projetos Paralelos, 3).

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: _____; XAVIER, Antônio Carlos (org.). *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro; Lucerna, 2004 a. p.13-67.

_____. O que é língua falada e qual a sua gramática? Desfazendo alguns equívocos. Congresso Internacional de Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Filologia. Homenagem ao Centenário de J. Mattoso Câmara Jr. 19 a 23 de julho de 2004. Rio de Janeiro: 2004 b (conferência).

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

_____. Nove teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino de língua. *Rev. da ANPOLL*, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, n.4, p.137-156, jan./jun. 1998.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino de português*. 2.ed. São Paulo: Contexto; Salvador: EDUFBA, 2000. (Repensando a Língua Portuguesa).

NOVAES, Ana Maria Pires. *Pesquisa e ensino: os conectores oracionais e sua incidência no português culto do Brasil*. Niterói: UFF, 2000. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Centro de Estudos Gerais. Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, 2000.

PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. A apropriação da realidade sob a ótica da língua portuguesa *In: HENRIQUES, Cláudio Cezar; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves (org.) Língua e transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002. p.257-261.

PRETI, Dino *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____. A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. *In: _____ (org.). O discurso oral culto*. 2.ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. p.21-34. (Projetos Paralelos, 2).

_____. O ensino de língua portuguesa: na encruzilhada entre a escrita e a oralidade. *In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). Língua portuguesa: história, perspectivas, ensino*. São Paulo: EDUC/PUC, 1998.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1987. (Fundamentos).

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. Fundamentos lingüísticos e pedagógicos para um ensino abrangente e produtivo de língua materna. *Confluência*, Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Liceu Literário Português Rio de Janeiro, Separata n.19, 1º semestre de 2000. p. 62-75.



» **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina